

AVIAÇÃO

Obras do Aerociti avançam em Guaíba e entram em fase ambiental

Gabrieli Silva

gabrielis@jcrs.com.br

O projeto do Aerociti, complexo aeronáutico em desenvolvimento em Guaíba, avança dentro do cronograma e já entrou em uma etapa considerada estratégica para o início efetivo das obras. Após o lançamento da pedra fundamental em outubro de 2025, o empreendimento liderado pela Aeromot teve a implantação do canteiro iniciada em dezembro do mesmo ano.

A primeira fase em andamento envolve a supressão vegetal e o afastamento de fauna — procedimentos ambientais obrigatórios que devem se estender por três a quatro meses. A expectativa é que após concluída essa etapa, se abra caminho para o avanço mais intenso das obras civis.

Segundo a vice-presidente da Aeromot, Cristiane Cunha, o cronograma segue inalterado. “A previsão é que a primeira fase — que inclui a pista e a fábrica — esteja concluída até o final de 2027”, afirma.

Do total estimado de R\$ 3 bilhões anunciados para o Aerociti como aporte total do investimento em dez anos, cerca de R\$ 80



REPRODUÇÃO/JC

A expectativa é que, concluída essa etapa, se abra caminho para o avanço mais intenso das obras civis

milhões já foram investidos até o momento. O projeto também apresenta avanço significativo na etapa de planejamento: aproximadamente 80% dos estudos necessários já foram concluídos, incluindo grande parte das licenças ambientais.

Apesar disso, parte dos levantamentos ainda precisam ser finalizados ao longo da execu-

ção, especialmente aqueles que dependem de condições específicas, como análises de fauna em períodos reprodutivos.

Um dos principais desafios enfrentados até aqui foi a necessidade de revisão de estudos ambientais após as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024. De acordo com Cristiane, o episódio exigiu a atualização de

análises, especialmente relacionadas ao solo, o que acabou postergando o início das obras físicas para dezembro.

“Projetos de longo prazo exigem tempo, especialmente no licenciamento. O maior desafio foi lidar com eventos não previstos, como as enchentes, que nos obrigaram a refazer estudos já concluídos”, explica.

Ainda assim, não houve entraves com a Fepam, órgão responsável pelo licenciamento ambiental, e o projeto segue dentro dos trâmites previstos.

A construção da pista — uma das estruturas centrais do Aerociti — depende da conclusão das obras de macrodrenagem e da preparação do terreno. A estimativa é que essa fase comece até o final de 2026, com entrega prevista para o fim de 2027.

Já a produção da primeira aeronave no local deve ocorrer em 2028, com a entrega de um protótipo desenvolvido dentro do complexo.

“Investimos muito tempo na pré-obra, mais do que na obra em si. A fase mais complexa já foi concluída; agora entramos em uma etapa mais tangível”, conclui a executiva.

Anunciado como um dos principais investimentos privados do setor aeronáutico no Estado, o Aerociti tem potencial para transformar Rio Grande do Sul em um polo de inovação relacionado à indústria aeroespacial, com impacto direto na geração de empregos, atração de empresas e desenvolvimento tecnológico.

A iniciativa também dialoga com a estratégia de diversificação econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre, ao posicionar Guaíba como um novo eixo industrial voltado à aviação e à tecnologia de alto valor agregado.

INFRAESTRUTURA

Portos brasileiros ganham guia inédito de melhores práticas de segurança portuária e aduaneira

Em um cenário de expansão do comércio internacional e complexidade crescente das cadeias logísticas, os portos brasileiros e as áreas alfandegadas agora contam com um guia inédito que visa proteger as infraestruturas portuárias contra diferentes riscos e ameaças que afetam o setor globalmente, incluindo ocorrências como roubo e furto de carga, tráfico e contrabando, passageiros clandestinos, terrorismo, sabotagem, espionagem industrial e ciberataque.

Lançado no começo deste mês em Brasília, o “Guia de melhores práticas de segurança portuária e aduaneira” recomenda iniciativas voltadas à “prevenção de incidentes, à proteção de ativos e à garantia da fluidez operacional”, com base em padrões nacionais e internacionais. O objetivo é fortalecer a gestão da se-

gurança em instalações portuárias e retroportuárias.

Sob a coordenação da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), o guia foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (Ufma) e contou com a colaboração da Coalizão Portuária, da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abep) e de um grupo de profissionais especializados. O estudo lista 67 melhores práticas identificadas para responder às ameaças contemporâneas, a partir de entrevistas com gestores de segurança, operadores portuários, autoridades e especialistas indicados pelas organizações, além de visitas técnicas in loco.

Entre as melhores práticas para proteção de instalações, a segurança de trabalhadores e usuários, estão, por exemplo, a

utilização de drones, radares, câmeras térmicas, leitores faciais e detectores de metais como apoio às operações nos portos. Também é essencial a realização de treinamentos e simulados, “cedendo o número mínimo estipulado pelas normativas”. Assim, o guia fornece subsídios para que outros terminais possam se inspirar e adotar medidas semelhantes.

“Estamos lançando uma ferramenta de referência estratégica, após um minucioso trabalho de todas as equipes envolvidas. O guia é complementar, incentiva a colaboração entre os stakeholders e a adoção de boas práticas, sempre alinhadas às normas nacionais e internacionais”, diz o presidente da ATP, Murillo Barbosa, acrescentando: “O foco é a proteção dos ativos, a integridade e eficiência das operações e

a construção de um ambiente de negócios ainda mais seguro, previsível e confiável, contribuindo com a inserção do Brasil no mercado global”.

“O lançamento do guia pela ATP é um alento para a segurança portuária. Representa um compromisso do setor com as boas práticas, nacionais e internacionais, e marca um amadurecimento, um crescimento institucional do setor, especialmente no momento em que essa agenda da segurança pública é tão importante para o nosso país e o setor portuário”, afirma o presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), Marcelo João da Silva

De acordo com o guia, as oportunidades de melhorias no setor, verificadas no contexto brasileiro da segurança portuária e

aduaneira, envolvem não só as instalações portuárias, mas também a PF, a Receita, as administrações portuárias e até instâncias internacionais.

Nesse sentido, ressalta o trabalho, a identificação de oportunidades está diretamente relacionada à cooperação interagências, incluindo compartilhamento de informações, ao aproveitamento de acordos e programas internacionais, à adoção de inovações tecnológicas disponibilizadas por políticas públicas e à convergência com as exigências do comércio exterior e das cadeias logísticas globais. Essa cooperação pode ocorrer de diversas formas. Entre elas, forças-tarefas (operações conjuntas), arranjos híbridos de policiamento, redes formais coordenadas, programa e operações nacionais, além de treinamentos e simulações conjuntas.